

Parâmetros da economia

O ACOMPANHAMENTO da execução financeira do Tesouro Nacional é a melhor maneira de a opinião pública avaliar se o programa econômico anunciado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso está sendo levado a sério pelo Governo ou se ficou apenas no discurso.

PELOS dados de junho, agora divulgados, o crédito do ministro junto à sociedade continua de pé. No primeiro mês em que o Tesouro esteve sob integral responsabilidade de Fernando Henrique, registrou-se um bom superávit primário (receitas menos despesas correntes).

O MAIS importante, porém, talvez seja o fato de que se iniciou o processo de troca de uma dívida mobiliária interna cara por uma bem mais barata. Em termos de caixa, a troca terá efeito expressivo a médio prazo, mas já a curto prazo facilitará o entendimento com o FMI, pois, pela metodologia do Fundo, o déficit contábil sofrerá redução imediata.

OS elevados encargos da dívida vinham exigindo do Governo emissões maciças de novos títulos — ou até mesmo de moeda — para cobrir o rombo. Ainda que a dívida não fosse assustadora em comparação com o Produto Interno Bruto, o seu rápido crescimento vinha gerando forte pressão inflacionária. Essa

tendência, ao que tudo indica, foi estancada.

O COMBATE à sonegação e a retomada da atividade econômica elevaram a arrecadação federal, em termos reais, em US\$ 600 milhões em junho passado. Quando do anúncio do programa econômico, alguns analistas chegaram a afirmar que o Governo estava superestimando a capacidade de recuperação da receita fiscal, e que o déficit se tornaria inevitável. O horizonte do segundo semestre não é absolutamente tranqüilo — mas deve-se reconhecer que o desempenho da arrecadação tem sido muito além das previsões otimistas do Governo, demonstrando que a possibilidade de eliminação do déficit este ano não é tão remota como parecia à primeira vista. Tudo depende da firmeza do presidente Itamar Franco na sua disposição política de segurar os gastos. Dentro desse quadro, era forçoso definir como indispensável o veto do presidente à política salarial aprovada na Câmara dos Deputados, em face do catastrófico efeito da reposição integral da inflação sobre as contas da Previdência.

DEVE-SE considerar que o bom desempenho do Tesouro em junho não se deve a apertos nos salários dos funcionários. Ao contrário, todo o peso do último aumento recaiu sobre o Tesouro no mês passado. E a execução

orçamentária dos próximos meses está ajustada para antecipações bimestrais na folha de pagamentos, compensando-se a inflação a cada quatro meses. Desde 1990, os servidores não tinham uma política salarial nessas condições. Muito menos os pensionistas da Previdência Social.

NO plano externo, a economia brasileira vem eliminando pouco a pouco seu maior fator de constrangimento, que é a dívida com os bancos. O maior credor estrangeiros aceitou reduzir em 35% o total que teria a receber do Brasil; e, no conjunto dos credores, 90% responderam positivamente à proposta de que pelos menos 40% da dívida sofram um redutor nessas proporções. Existe ainda uma possibilidade de que o estoque da dívida externa em renegociação seja aplicado, ao longo do tempo, como moeda no programa brasileiro de privatização.

COM todas as incertezas e turbulências que influram no mercado, ainda assim os índices de preços mostraram arrefecimento da inflação nas primeiras semanas de julho. Não foi por acaso. Se mantida a política realista de saneamento verdadeiro das finanças públicas, sem artificialismo ou maquiagem de números, existirão condições objetivas para a inflação baixar. É o que falta para a economia ganhar novo impulso.